

**SURDEZ, IMPLANTE COCLEAR E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UM
MAPEAMENTO EM ESCOLAS DE UMA CIDADE DO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO
PAULO.**

Adriana Do Carmo Bellotti, Luci Pastor Manzoli

Eixo 5 - A formação de professores na perspectiva da inclusão
- Relato de Pesquisa - Apresentação Oral

A inclusão educacional visa atender a todos oferecendo um ensino de qualidade e respeito às diferenças, conforme a LDB nº 9.394/96. O presente trabalho teve por objetivo realizar um mapeamento junto às escolas da rede pública e particular de uma cidade do interior paulista, visando conhecer o número de alunos surdos e destes os usuários de implante coclear, bem como os recursos e formação oferecidos a eles e aos seus professores. Por meio de entrevistas semiestruturadas os dados foram coletados. Os resultados mostraram que a rede estadual possuía 35 alunos surdos, sendo que 17 recebiam acompanhamento do professor interlocutor e os demais contavam com o Serviço de Apoio Pedagógico Especializado – SAPE. Destaca-se que nessa rede não havia aluno implantado. A rede municipal possuía 16 alunos surdos incluídos e dentre esses uma criança usuária do implante coclear, sendo que todos os alunos recebiam atendimentos no Centro de Atendimento Educacional Especializado – CAEE, com professores especialistas. Em relação à formação, os professores que possuíam alunos surdos haviam recebido cursos de capacitação e eram orientados por especialistas. Quanto à rede particular, foram encontrados 03 alunos surdos e todos com implante coclear que recebiam atendimentos especializados em clínicas particulares. Sobre a formação, nenhum dos professores fez cursos de capacitação ou formação continuada para lidar com esses alunos. Portanto, o trabalho mostrou que houve grandes progressos para os surdos no sentido de conquistar os seus direitos como cidadãos, bem como na escolha de seu próprio sistema linguístico tornando-se mais evidente no caso dos que optaram pelo implante coclear para se comunicarem por meio da língua oral. Palavras-chave: surdez, implante coclear, formação de professores.

SURDEZ, IMPLANTE COCLEAR E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UM MAPEAMENTO EM ESCOLAS DE UMA CIDADE DO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Adriana do Carmo Bellotti; Luci Pastor Manzoli. Universidade Estadual Paulista, UNESP, FCLAr.

Conforme estabelecido por leis e decretos, a inclusão educacional visa atender a todos oferecendo um ensino de qualidade e respeito às diferenças.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 1996 (LDB 9.394/96) prevê, em seu capítulo V, o atendimento na rede regular de ensino aos alunos com necessidades especiais assegurando profissionais com especialização adequada para exercerem suas atividades junto a eles. (BRASIL, 1996).

Em relação à formação de professores, a referida lei postula em seu artigo 62 a formação dos docentes em nível superior. (BRASIL, 1996).

A Resolução 02/2001 instituiu Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001) e em 2008, o Decreto nº 6.571 dispôs sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE), em rede pública, aos alunos com deficiência. (BRASIL, 2008).

Em 2002 foram promulgadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica que incidiu sobre a obrigatoriedade da formação em curso de licenciatura. (BRASIL, 2002).

Conforme documento do MEC/SEESP (2003, p. 35) “a aquisição de competências e habilidades profissionais pelo aluno com deficiência tem no professor o indispensável apoio e a orientação segura [...]”. (in Braibant, 1999, p. 113).

Sob essa ótica, a formação de professores ganha destaque entre as prioridades para o processo de inclusão.

Trentin (2013) afirma que a formação do professor para atuar junto à diversidade presente nas escolas deve ter como objetivo central o desenvolvimento de um educador que busque compreender os processos de aprendizagem e desenvolvimento de seus alunos, e que construa autonomia na interpretação dos saberes presentes em sua prática pedagógica.

No que se refere à educação dos surdos, menciona-se aqui, muito brevemente, alguns referenciais históricos e políticos que por sua vez, tem influenciado na formação do professor, principalmente por esta ser permeada pela dicotomia: oralidade x gesto.

Na antiguidade os surdos eram repudiados, desamparados e não tinham nenhum acesso à comunicação humana. O século XV foi marcado pelo surgimento de diferentes abordagens educacionais como a oralista e a gestual.

Nos séculos XVI e XVII, na Espanha foi desenvolvida uma metodologia para a educação dos surdos baseada na datilologia, escrita e oralização (GOLDFELD, 1997) e na França no século XVIII, foi fundada a primeira escola pública para Surdos denominada Instituto Nacional para Surdos–Mudos utilizando os Sinais Metódicos. (MOURA, 2000).

No século XIX nos Estados Unidos, foi fundada a primeira escola para surdos utilizando sinais, e a partir de 1821, todas as escolas públicas americanas passaram a utilizar a Língua de Sinais Americana como língua de instrução. (SACKS, 2010).

Em 1880 no Congresso Internacional de Educadores de Surdos realizado em Milão, ficou definido que o oralismo era a melhor forma de educar os surdos, abolindo a língua de sinais. (GOLDFELD, 1997).

No século XX em torno de 1957 imbuído desta concepção, surgiu na França o Implante Coclear “como avanço tecnológico capaz de proporcionar ao indivíduo com surdez profunda a possibilidade de fazer parte do mundo sonoro” (CARVALHO, 1999, p. 12).

Segundo Marchesi (1987), até a década de 1960 o oralismo perdurou na educação dos surdos deixando marcas nas práticas pedagógicas e na formação dos professores que se baseavam em métodos e técnicas de ensino da oralidade.

A partir de 1970 o uso dos sinais voltou a ser aceito como manifestação linguística sob uma nova metodologia denominada Comunicação Total. (CICCONE, 1996).

Ao utilizar simultaneamente códigos manuais com a língua oral, criou-se dentro da Comunicação Total o Bimodalismoⁱ e posteriormente, a ideia de uma Educação Bilíngueⁱⁱ.

Com isso, passou a ser fundamental repensar saberes e práticas dos professores especialistas uma vez que o conhecimento da Língua de Sinais

passou a ser imprescindível, principalmente quando a Lei de Libras (10.436/02) foi sancionada no Brasil.

A Lei Federal 10.436/2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras – a define como

a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002).

O Decreto 5.626/05 faz uma série de determinações em relação à inclusão da Libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de licenciatura (BRASIL, 2005). E, a Resolução SE – 38/2009 lançada pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo dispõe sobre a admissão de docentes com qualificação em Libras nas escolas da rede estadual de ensino. (BRASIL, 2009).

Esse decreto também se refere aos profissionais intérpretes de Língua de Sinais, o instrutor de Língua de Sinais, “e outros dois que são novidades na educação: o professor bilíngue e o professor de português como segunda língua” (VIEIRA-MACHADO, 2010, p.61).

Os alunos surdos usuários de implante coclear fazem parte da realidade das escolas e vêm ganhando destaque como uma tecnologia inovadora cujo procedimento cirúrgico é disponibilizado pelo Sistema Único de Saúde – SUS, desde o ano de 1993 (BRASIL, Portaria nº 126).

No Brasil, a história do implante coclear iniciou-se na década de 1990, sendo a primeira cirurgia realizada no Centro de Pesquisas Audiológicas do Hospital de Reabilitação e Anomalias Craniofaciais, da Universidade de São Paulo/USP, em Bauru (KAJIURA, 2010).

O implante consiste em um dispositivo eletrônico desenvolvido para realizar a função das células ciliadas da cóclea que estão comprometidas ou ausentes e proporcionar a estimulação elétrica das fibras do nervo auditivo remanescente. Os candidatos ao implante devem ser surdos profundos que não se beneficiaram com a prótese auditiva convencional – Aparelho de Amplificação Sonora Individual – AASI (BEVILACQUA; COSTA-FILHO; MARTINHO, 2004; COSTA-FILHO, BEVILACQUA, AMANTINI, 2005).

Diante do apresentado, esse trabalho teve por objetivo realizar um mapeamento junto às escolas da rede pública e particular de uma cidade de

porte médio do interior paulista, visando conhecer o número de alunos surdos e destes os usuários de implante coclear, bem como os recursos e formação oferecidos a eles e aos seus professores.

Os resultados mostraram que no ano de 2013 a rede estadual dessa cidade, possuía 35 alunos surdos regularmente matriculados, sendo 05 no Ensino Fundamental Ciclo I, 18 no Ciclo II e 11 no Ensino Médio. Desses, 17 possuíam acompanhamento do Professor Interlocutor e os demais contavam com o Serviço de Apoio Pedagógico Especializado – SAPE, que por meio de professores especialistas receberam atendimentos voltados às suas necessidades específicas no contraturno à classe comum.

Destaca-se aqui que nessa rede não foi encontrado nenhum usuário de implante coclear.

A rede municipal possuía 16 alunos surdos incluídos, sendo 05 na Educação Infantil e dentre essas, uma criança de 4 anos usuária do implante coclear. No Ensino Fundamental I havia 07 alunos surdos e no Ensino Fundamental II havia 04.

Os dados mostraram que nessa rede havia, portanto, 01 aluna surda com implante coclear inserida na Educação Infantil.

Todos os alunos frequentavam a sala de aula regular e no contraturno escolar recebiam atendimentos no Centro de Atendimento Educacional Especializado – CAEE, com professores especialistas. Em relação à formação, os professores que possuíam alunos surdos em suas salas de aula, haviam recebido cursos de capacitação e eram orientados pelos especialistas do CAEE. Em relação à rede particular, foram encontrados 03 alunos surdos e todos usuários do implante coclear, sendo 02 no Ensino Fundamental I, (respectivamente 1º e 4º ano) e 01 no Ensino Médio. Os dados da entrevista semiestruturada aplicada com os seus professores apontaram que nenhum fez cursos de formação ou formação continuada para lidar com esses alunos. Em horário de contraturno, são atendidos em clínicas particulares com profissionais preparados e também possuem aulas de reforço escolar, e ajuda nas tarefas escolares.

A comunicação com os mesmos se dava oralmente com base na leitura labial, não havendo domínio da Libras por ambas as partes, mesmo porque os familiares exigiam a comunicação oral. O trabalho em sala de aula se dava na prática do dia a dia, e as explicações dos conteúdos ocorriam de maneira mais próxima ao aluno e, quando necessário, individualizada.

O trabalho mostrou que os alunos surdos do ensino público desta cidade estavam recebendo os recursos educacionais necessários aos seus desenvolvimento e aprendizagem, e os professores haviam recebido cursos de formação continuada.

Através da Política Nacional de Educação Especial, os governos vêm implementando programas, projetos e ações para oferecer a todos um ensino com qualidade e equidade.

Houve também grandes progressos para os surdos no sentido de conquistar os seus direitos como cidadãos, bem como na escolha de seu próprio sistema linguístico tornando-se mais evidente no caso daqueles que optaram pelo implante coclear para se comunicarem por meio da língua oral.

Concordamos com Kelman; Lima; Machado (2007, p. 6) que “a língua de sinais e o implante coclear não são mutuamente exclusivos, podendo ser complementares e utilizados em ambientes distintos”.

Em relação ao meio escolar, faz-se necessário desenvolver estudos para identificar como esses dois sistemas apresentados – implante e Libras – podem ser utilizados de maneira a facilitar o aprendizado e a comunicação. Abrem-se, portanto, novas perspectivas de participação social e novos desafios são postos para as escolas, uma vez que a primeira língua dos surdos é a de sinais e a portuguesa não é aprendida naturalmente por eles.

Referências

BEVILACQUA, M.C.; COSTA, O.A.; AMANTINI, R.C.B. Considerações sobre o implante coclear em crianças. In: BEVILACQUA, M.C.; MORET, A.L.M. **Deficiência auditiva: conversando com familiares e profissionais de saúde**. São José dos Campos: Pulso, 2005.

_____. MARTINHO, A.C.F. Implante Coclear. In: FERREIRA, L.P.; BEFFI-LOPES, D.M.; LIMONGI, S.C.O. **Tratado de Fonoaudiologia**. Roca. São Paulo, 2004, cap.60 p.751-760.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Portaria nº 126, de 17 de setembro de 1993. **Criar os Grupos e Procedimentos, na Tabela de procedimentos do Sistema de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde (SIH/SUS)**. Disponível em: <http://sna.saude.gov.br/legisla/legisla/alta_lab.../SAS_P126_93/alta_ab_p.do>. Acesso em 04 de jul. 2012.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/1996. Brasília, 1996.

_____. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. **Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Ministério da Educação – MEC. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em 8 mar. 2013.

_____. Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1_2.pdf>. Acesso em 21 abril 2013.

_____. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, 25 de abr. 2002. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>. Acesso em: 07 set. 2013.

_____. Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta a Lei 10.436 de 24 de abril de 2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, e o artigo 18 da Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 23 de dezembro de 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em 20 jul. 2013.

_____. Decreto 6.571, de 17 de setembro de 2008. **Dispõe sobre o atendimento educacional especializado.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 17 de setembro de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2008/Decreto/D6571.htm> Acesso em 15 agosto 2013.

_____. Resolução nº 38 de 19 de junho de 2009. **Dispõe sobre a admissão de docentes com qualificação na Língua Brasileira de Sinais - Libras, nas escolas da rede estadual de ensino.** Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/38_09.HTM?Time=8/19/2010%204:12_07%20AM>. Acesso em 11 set. 2013.

CARVALHO, C.N. **Implante coclear no sul do Brasil: realidade ou fantasia?** Monografia (Especialização em Audiologia Clínica). CEFAC, Porto Alegre: 1999.

CICCONE, M.M.C. **Comunicação Total – introdução, estratégia, a pessoa surda.** 2 ed. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1996.

GOLDFELD, M. **A criança surda.** São Paulo: Pexus, 1997.

KAJIURA, A.P. **Equidade e alocação dos recursos no Sistema Único de Saúde: análise de procedimentos em Otorrinolaringologia.** Dissertação de Mestrado. Mestrado Profissional em Saúde Pública do Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, 2010.

KELMAN, C.A.; LIMA, P.O.de.; MACHADO, D.P. Aspectos educacionais e desenvolvimentais de crianças com implante coclear. In: **IV Congresso Brasileira Multidisciplinar de Educação Especial**. Londrina, 2007.

LODI, A.C.B. Ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para surdos. In: LACERDA, C.B.F.; SANTOS, L.F. **Tenho um aluno surdo, e agora?** São Carlos: EdUFSCar, 2013, p. 165-183.

MARCHESI, A. **El desarrollo cognitivo y lingüístico de los niños sordos**. Madrid: Alianza Psicología, 1987.

MOURA, M.C. de. **O surdo**: caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

SACKS, O. **Vendo vozes**: uma viagem pelo Mundo dos Surdos. 1ª ed., São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

TRENTIN, V.B. Formação docente e inclusão escolar: o que dizem os educadores? In: **XI Congresso Nacional de Educação – EDUCERE**. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica, 2013. p. 19.551 – 19.562.

VIEGAS, C.M. **Educação profissional**: indicações para a ação – a interface educação profissional/educação especial. Brasília: MEC/SEESP, 2003.

VIEIRA-MACHADO, L.M.C. **Formação de professores de surdos**: dispositivos para garantir práticas discursivas. Cadernos de Educação, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pelotas [36]: 45 – 68 maio/agosto 2010.

Notas

ⁱ “[...] é um dos recursos utilizados no processo de aquisição da linguagem pela criança e na facilitação da comunicação entre surdos e ouvintes [...]” (GOLDFELD, 1997, p. 37-38).

ⁱⁱ “Considera que, inicialmente, os surdos devam desenvolver a língua de sinais como primeira língua (L1) nas relações sociais estabelecidas [...]. A partir do desenvolvimento dessa língua, o ensino-aprendizagem escolar da língua portuguesa em sua modalidade escrita pode ser iniciado, entendida como segunda língua das pessoas surdas (L2)”. (LODI, 2013, p. 166).